



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
PROCURADORIA JURÍDICA

Alexceia do Nascimento Ferreira
Procurador Jurídico Municipal
Portaria nº 142/2021 - GP

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20240729-0001-PMA.

CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2024.

INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL/PMA.

REFERÊNCIA: PARECER ATINENTE AO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA “CREDENCIAMENTO PARA SELEÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL COM OU SEM FINS LUCRATIVOS DESTINADA À CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PREMIAÇÃO DA GAROTA ARTE E FOLCLORE; COMPOSITOR E POETA, VENCEDORES NA PROGRAMAÇÃO MUNICIPAL CULTURAL OFICIAL ALUSIVA AO PERÍODO INTITULADO “SEMANA DE ARTE E FOLCLORE 2024” DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA”.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS. EXCEÇÃO AO DEVER CONSTITUCIONAL DE LICITAR. PARECER JURÍDICO. CONTRATAÇÃO DIRETA. CREDENCIAMENTO. CHAMENTO PÚBLICO. CREDENCIAMENTO PARA SELEÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL COM OU SEM FINS LUCRATIVOS DESTINADA À CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PREMIAÇÃO DA GAROTA ARTE E FOLCLORE; COMPOSITOR E POETA, VENCEDORES NA PROGRAMAÇÃO MUNICIPAL CULTURAL OFICIAL ALUSIVA AO PERÍODO INTITULADO “SEMANA DE ARTE E FOLCLORE 2024” DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA.

1 - DA SALVAGUARDA DA OPINIÃO PROFISSIONAL. DO ASPECTO OPINATIVO DO PRESENTE PARECER:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
PROCURADORIA JURÍDICA

Antes de se adentrar ao mérito do presente ato, urge registrar que a condução da análise técnico jurídica está prevista legalmente como sendo uma das funções inerentes à prática da advocacia, conforme se abstrai do disposto ao Artigo 2º, §3º da Lei Federal Nº 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e da OAB, que estabelece a inviolabilidade dos atos e manifestações dos advogados, no exercício da profissão, observando os limites da lei.

Desta forma, para a legal confecção do presente instrumento, faz-se pertinente ser observada a existência de isenção do profissional, dado o seu caráter opinativo, visto que este respectivo parecer jurídico considera e preza pela liberdade e discricionariedade administrativa do responsável gestor e ordenador de despesas, podendo estes seguirem ou não a opinião técnica emitida, segundo os aspectos de conveniência e finalidade.

Isto posto, por questão de zelo, vale a ressalva para o fato de que o procedimento instaurado tem sua necessidade fundamentada e justificada pela Prefeitura Municipal de Abaetetuba, por intermédio da Fundação Cultural Abaetetubense, possuindo, nesse caso, como ordenador de despesas, a Ilmo. Diretor, Fausto Junior Moreira Fernandes, alinhado com os respectivos Fundos Orçamentários, tendo por escopo as atividades fins desta Prefeitura, bem como, o interesse público que permeia a Administração, apontando, para tanto, no Termo de Referência, o objeto e as especificações necessárias para atender a demanda do órgão solicitante, do respectivos fundo e, por conseguinte, da Prefeitura de Abaetetuba.

Neste aspecto, resta pertinente abordar o Princípio da Deferência, sendo adotado de forma pacífica na doutrina administrativa brasileira. Nesse sentido, Egon Bockmann Moreira afirma que:

“Lastreado nos princípios da separação dos poderes e da legalidade, o princípio da deferência não significa nem tolerância nem condescendência para com a ilegalidade. Mas impõe o devido respeito às decisões discricionárias proferidas por agentes administrativos aos quais foi atribuída essa competência privativa. Os órgãos de controle externo podem controlar o devido processo legal e a consistência da motivação nas decisões discricionárias, mas não podem se imiscuir no núcleo duro daquela competência. Precisam respeitá-la e garantir aos administradores públicos a segurança jurídica de suas decisões.” (2016).

Assim, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram a abertura do procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos e requisitos estritamente jurídicos pertinentes, cabendo a ressalva técnica de que o gestor público é livre na condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, aos Princípios Constitucionais e específicos do Direito Administrativo, que ora regulam os procedimentos licitatórios



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
PROCURADORIA JURÍDICA

2 - DO RELATÓRIO PROCEDIMENTAL:

Trata-se de solicitação encaminhada a este Departamento Jurídico, requerendo análise concernente ao procedimento de credenciamento, cujo objeto consiste no **CRENCIAMENTO PARA SELEÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL COM OU SEM FINS LUCRATIVOS DESTINADA À CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PREMIAÇÃO DA GAROTA ARTE E FOLCLORE; COMPOSITOR E POETA, VENCEDORES NA PROGRAMAÇÃO MUNICIPAL CULTURAL OFICIAL ALUSIVA AO PERÍODO INTITULADO “SEMANA DE ARTE E FOLCLORE 2024” DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA.** Para tanto, o procedimento, até a presente fase, encontra-se munido dos seguintes documentos:

1. - Ofício 235/2024 – FCA ,encaminahndo a Sec. de Administração, documentação para abertura de processo administrativos;
2. Documento de Oficialização de Demanda;
3. - Termo de Referência ;
4. - Despacho ao Departamento de Contabilidade, solicitando informações sobre a disponibilidade orçamentária e indicação das respectivas dotações aptas a fazerem frente às despesas do processo;
5. - Dotação Orçamentária;
6. - Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
7. - Despacho de Autorização;
8. - Termo de Autuação;
9. - Minuta de Edital de chamamento e seus anexos;
10. - Despacho à Procuradoria Jurídica, para análise e parecer.

Nesse aspecto, quanto à Justificativa ensejadora do processo em análise, o Ilustre Diretor da Fundação Cultural Abaetetubense, Sr. Fausto Junior Moreira Fernandes, aos termos do Termo de Referência, apontou, em síntese, o seguinte: 1) o Município de Abaetetuba, por meio da Prefeitura Municipal, pretende contratar, o objeto acima citado, com a finalidade de premiar os vencedores dos concursos referente as apresentações no período que celebra a semana de arte no município, com a finalidade de fomento à arte e cultura e atração do público e turistas.

Eis o esboço fático procedimental e jurídico relevante.

3 - FUNDAMENTAÇÃO:

A licitação corresponde ao processo administrativo voltado à seleção da proposta mais



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
PROCURADORIA JURÍDICA

vantajosa para a contratação pretendida pela administração pública, em necessidade ao atendimento do princípio do interesse público, buscando a maior qualidade da prestação e o maior benefício econômico.

A Lei Federal nº 14.133/21, juntamente com a Constituição Federal estabeleceram as normas gerais acerca da licitação e contratos administrativos, bem como princípios norteadores e regras fundamentais, que regem mediante o interesse a toda atividade administrativa, destarte aos princípios mencionados pelo art. 37, caput, da CF/88, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No entanto existe alguns princípios inerentes ao procedimento licitatório que estabelecem suas peculiaridades, em especial da competitividade, vinculação ao instrumento convocatório, formalismo, julgamento objetivo, isonomia, dentre outros contidos na Lei 14.133/21.

A Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade de licitação para obras, compras, serviços e alienações da Administração Pública, nos termos do já mencionado art. 37, XXI, da CF/88. Entretanto, existem situações previamente estabelecidas por lei, onde a regra licitatória é dispensada ou inexigível, com base ao princípio da economicidade e ainda a presença clara do interesse público.

Ainda de acordo com Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, esse fato se deve porque **“o princípio constitucional da licitação, como todas as regras de Direito, não tem valor absoluto, devendo ser coordenado com os outros princípios do mundo jurídico”**. Cumpre informar que a chamada pública, com as inovações trazidas pela nova lei de licitações, passou a trata de modalidade específica de licitação.

Credenciamento é o procedimento administrativo pelo qual a Administração convoca interessados para, segundo condições previamente definidas e divulgadas, credenciem-se como prestadores de serviços ou beneficiários de um negócio futuro a ser ofertado, quando a pluralidade de serviços prestados for indispensável à adequada satisfação do interesse coletivo ou, ainda, quando a quantidade de potenciais interessados for superior à do objeto e por razões de interesse público a licitação não for recomendada.

O chamamento público é o ato pelo qual o gestor dá publicidade do interesse de complementar a rede de serviços prestados pela administração, passando aos credenciados essa possibilidade de atuar enquanto ente público, neste caso no fomento cultural.

Desta forma, tal oportunidade somente se torna apta, no caso de necessidade de contratação do serviço, para suprir sua demanda complementar, devendo a Administração Pública



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
PROCURADORIA JURÍDICA

realizar dentro das regras da Lei Federal nº 14.133/21.

Passado ao exame da minuta presente nos autos do processo em epigrafe, os mesmos apresentam regularidade nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, uma vez que as cláusulas presente aos autos e no edital de credenciamento não apresentam qualquer possibilidade ilícita de preferências ou discriminações, não contendo qualquer irregularidade à legislação pertinente.

Desta feita, o respectivo credenciamento faz necessário, ante a necessidade de atender de forma complementar as demandas do órgão demandante.

4 - CONCLUSÃO:

Portanto, materializado o enquadramento da pretensão nas hipóteses permissivas legais, opina-se **FAVORAVELMENTE** pela regularidade e, portanto, possibilidade de prosseguimento do processo de contratação em referência, chamamento público por credenciamento.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Abaetetuba-PA, 08 de agosto de 2024.

Alexceia do Nascimento Ferreira

Procurador Jurídico Municipal

Portaria nº 142/2021 - GP